

Políticas e Programas de Desenvolvimento Regional

Marlon Carvalho Cambraia
Secretário de Desenvolvimento Regional

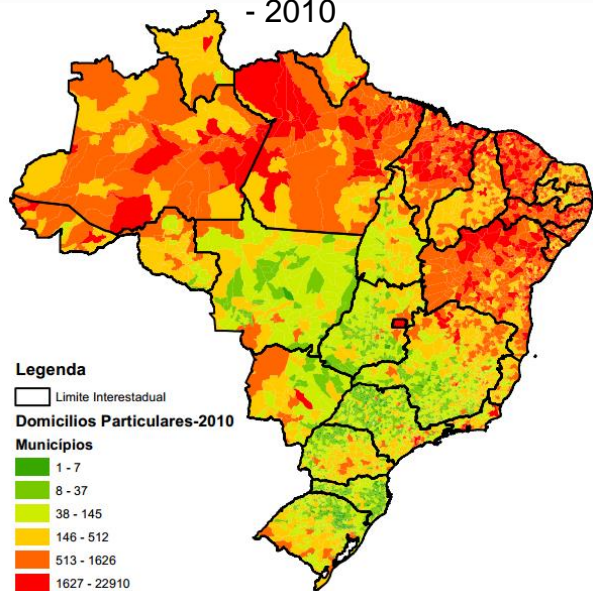
Brasília, agosto de 2016

➤ Por que Políticas e Programas de Desenvolvimento Regional?

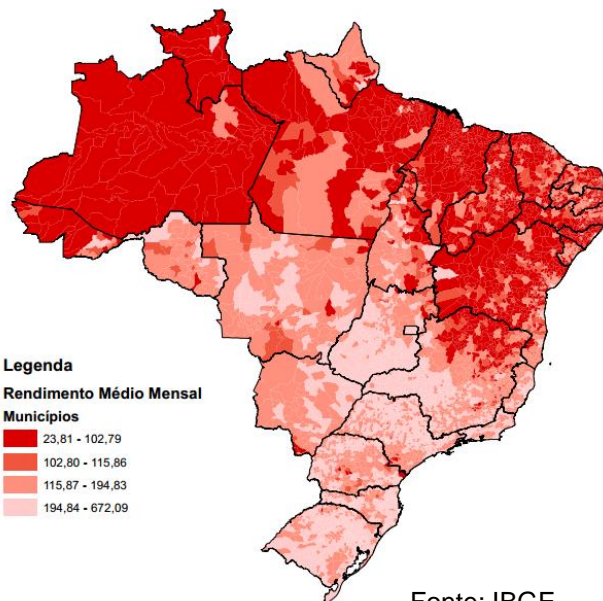
As disparidades entre regiões no Brasil são graves e persistentes

Pobreza

Domicílio particulares com rendimento nominal mensal domiciliar per capita de 1 a 70 reais - 2010



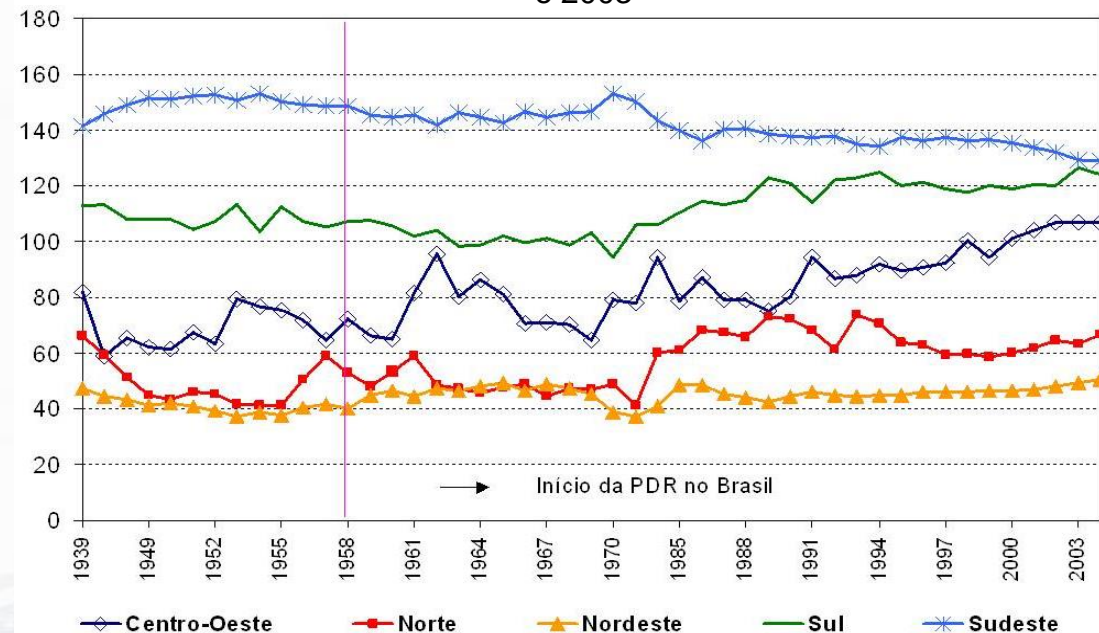
Rendimento domiciliar médio mensal por habitante - 2010



Fonte: IBGE
Mapa: ODR/SDR/MI

Desigualdade Regional

Renda per capita relativa (Brasil=100) entre os anos 1939 e 2003



Fonte: Texto de Referência da I CNDR (2012)

➤ Políticas de Desenvolvimento Regional – linha do tempo

- **1877-1938** - ações pontuais voltadas à atenuação dos efeitos das secas no Nordeste e da crise da borracha na Amazônia.
- **1939-1957** – primeiras ações incisivas para a redução das desigualdades regionais e à ocupação do território nacional:
 - Constituição de 1946 estipulou vinculações orçamentárias específicas para o desenvolvimento das regiões Nordeste e amazônica;
 - Marcha para o Oeste, lançada por Getúlio Vargas na década de 1940;
 - Criação, em 1952, do Banco do Nordeste do Brasil (BNB);
 - Constituição, em 1956, pelo presidente Juscelino Kubitschek, do Grupo de Trabalho para o Desenvolvimento do Nordeste (GTDN), coordenado por Celso Furtado, um marco da política regional brasileira.

➤ Políticas de Desenvolvimento Regional – linha do tempo

- **1958-1975**: criação de um sistema institucional e financeiro em apoio ao desenvolvimento regional (Sudene, Sudam, Suframa, Sudeco e Banco da Amazônia) e construção e implantação de Brasília (grandes troncos rodoviários e expansão da fronteira agrícola do Centro-Oeste).
- **1976-1989**: “a década perdida” (crise econômica a partir dos dois choques internacionais do petróleo - 1973 e 1978), mas fatos positivos resultantes da Constituinte de 1988 (criação dos FNO, FNE e FCO).
- **1990-2002**: abandono, sob a justificativa do controle da inflação e do ajuste fiscal, do campo das políticas públicas de planejamento e desenvolvimento regional (extinção da SUDENE e SUDAM), e adoção de ações difusas de desenvolvimento local com foco em “territórios-problema”.
- **2003**: Lançamento da PNDR.

➤ Políticas Nacional de Desenvolvimento Regional

- Lançada, em 2003, pelo Ministério da Integração Nacional, tornando-se política de Governo em 2007 (Decreto no 6.047/2007);
- Representou um grande avanço na abordagem da questão regional no Brasil;
- Abordagem em múltiplas escalas geográficas, com base na premissa de que as desigualdades regionais no Brasil do século XXI se manifestavam não apenas entre grandes regiões (N, NE, CO *versus* S e SE), mas também no âmbito de cada região;
- Proposição de recriação da estrutura institucional regional (antigas Superintendências transformadas, em 2001, em agências de desenvolvimento);
- Instituição de instrumentos de governança para coordenação da ação de outros Ministérios e agências governamentais no território, já que “desenvolvimento regional” é tema transversal.

Tipologia sub-regional da PNDR, a partir de microrregiões do IBGE, para atribuição de prioridades e intervenções no território.






**Política Nacional
de Desenvolvimento Regional
PNDR**

MAPA DA TIPOLOGIA

Tipologias sub-regionais
níveis de renda versus
níveis de variação do
PIB 1991/2001

Legenda

-  Baixa Renda
-  Estagnadas
-  Dinâmicas
-  Alta Renda

➤ Dificuldades de implementação da PNDR

- O Fundo Nacional de Desenvolvimento Regional (FNDR) - premissa básica que norteou a formulação da estratégia da PNDR – inviabilizou-se com a não aprovação da reforma tributária, em 2004;
- Com a inviabilização do FNDR, esvaneceu-se a possibilidade de a PNDR atuar nacionalmente, tendo o MI adotado, alternativamente, uma atuação de recorte setorial – PISF, Ferrovia Transnordestina, entre outros;
- O modelo de governança da PNDR, baseado na Câmara de Políticas de Integração Nacional e Desenvolvimento Regional, não gerou resultados significativos, dadas as clássicas dificuldades do planejamento e coordenação intersetorial que subsistem, há décadas, na estrutura do Executivo brasileiro;
- Não foram dadas, até ao presente, as condições operacionais mínimas às recriadas Superintendências regionais (SUDAM, SUDENE e SUDECO).

➤ Amplo debate sobre a questão regional brasileira

- A antiga Secretaria de Políticas de Desenvolvimento Regional promoveu, entre 2009 e 2010, um processo de reflexão e revisão do texto de 2003;
- Em 2013 ocorreu a I Conferência Nacional de Desenvolvimento Regional, de modo a adequar a Política às condições político-institucionais da época.

I Conferência Nacional de
**DESENVOLVIMENTO
REGIONAL**



Objetivo geral: Fortalecer a coesão social, econômica, política e territorial do Brasil

➤ Nova PNDR

A retomada da política regional brasileira se daria por meio de três vertentes:

- Transformação da PNDR de política de Governo em política de Estado, mediante o envio de Projeto de Lei ao Congresso Nacional;
- Estabelecimento de um modelo de governança que assegurasse a articulação, coordenação e integração de ações federais no território;
- Criação do Fundo Nacional de Desenvolvimento Regional (FNDR), entendido como imprescindível na estratégia de redução das desigualdades regionais.

PL do Senado nº375, de 2015 - Fernando Bezerra

➤ Desigualdade Regional Brasileira





➤ Programa Água para Todos

Universalização do Acesso à Água - Decreto nº 7.535, de 26 de julho de 2011

Primeira água – água de consumo

Cisternas de polietileno – 16.000 litros – **orientação do governo em 2015 para o MI não mais atuar com esta tecnologia.**

Sistemas simplificados de abastecimento - sistemas de captação, adução, tratamento (quando necessário), reservação, e distribuição de água, oriunda de corpos d'água, poços ou nascentes – projeto padronizado.

Segunda água – água de produção

Pequenas barragens / barreiros - pequenas contenções para captação de água da chuva que visam a atender à carência de água para produção agrícola e alimentar

Barragens subterrâneas - escavações, até as rochas, de valas, cujas paredes são forradas por lonas de plástico, e, a seguir, preenchidas com o solo retirado, de forma a reter as águas pluviais sobre a rocha

Quintais produtivos / kits de irrigação - composto de caixa d'água, bomba, mangueira, dentre outros - reunidos para a formação de um pequeno sistema de irrigação, com capacidade para irrigar, por sistema de gotejamento, uma área de 500 a 2.000 metros quadrados



➤ Rotas de Integração Nacional

Desenvolvimento e Inclusão Produtiva - Portaria nº 162, de 24 de abril de 2014

Definição: As **Rotas de Integração Nacional** são redes de Arranjos Produtivos Locais - APL - territorialmente e setorialmente interligados que promovem a inovação, a diferenciação, a competitividade e a lucratividade dos empreendimentos associados, mediante a sinergia e a ação convergente das agências de fomento.

Objetivo: Promover a inclusão produtiva e a integração econômica das regiões menos desenvolvidas do país aos mercados nacionais e internacionais de produção, consumo e investimento.

Principais rotas apoiadas: ovinos e caprinos; apicultura; leite; peixe; fruticultura; economia criativa.

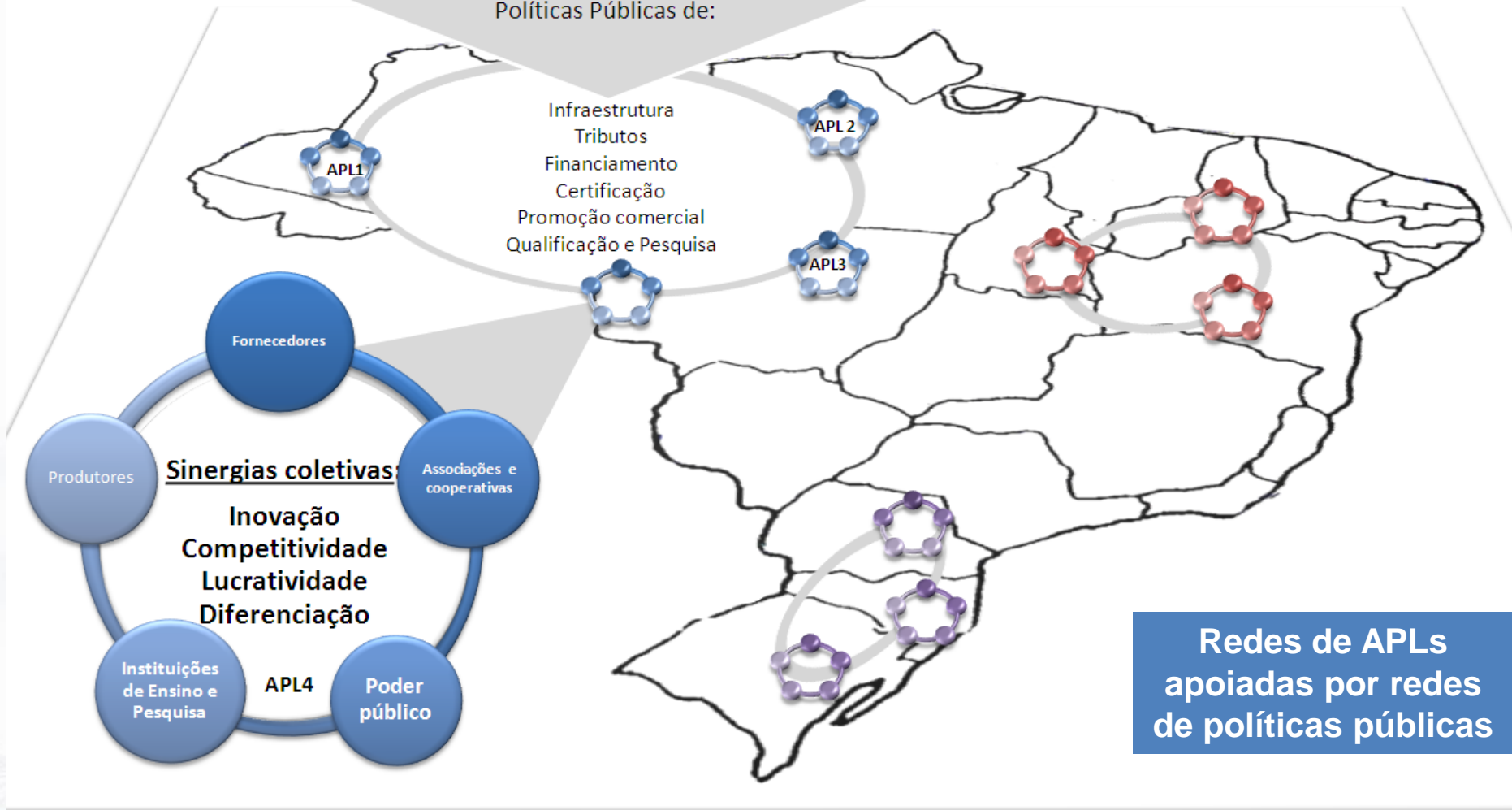
Rotas potenciais por região:

Norte	Nordeste	Centro-Oeste	Sudeste	Sul
Açaí	Mel	Leite	Fruticultura	Leite e Laticínios
Palmito	Ovinocaprino	Piscicultura	Cultura e Turismo	Confeções
Óleos vegetais	Cultura e Design	Madeira e Móveis	Moda	Tecnologia da Informação

O que são e como chegamos ao conceito de Rotas de Integração

Rotas de Integração Nacional

Articulação, coordenação e convergências de Políticas Públicas de:

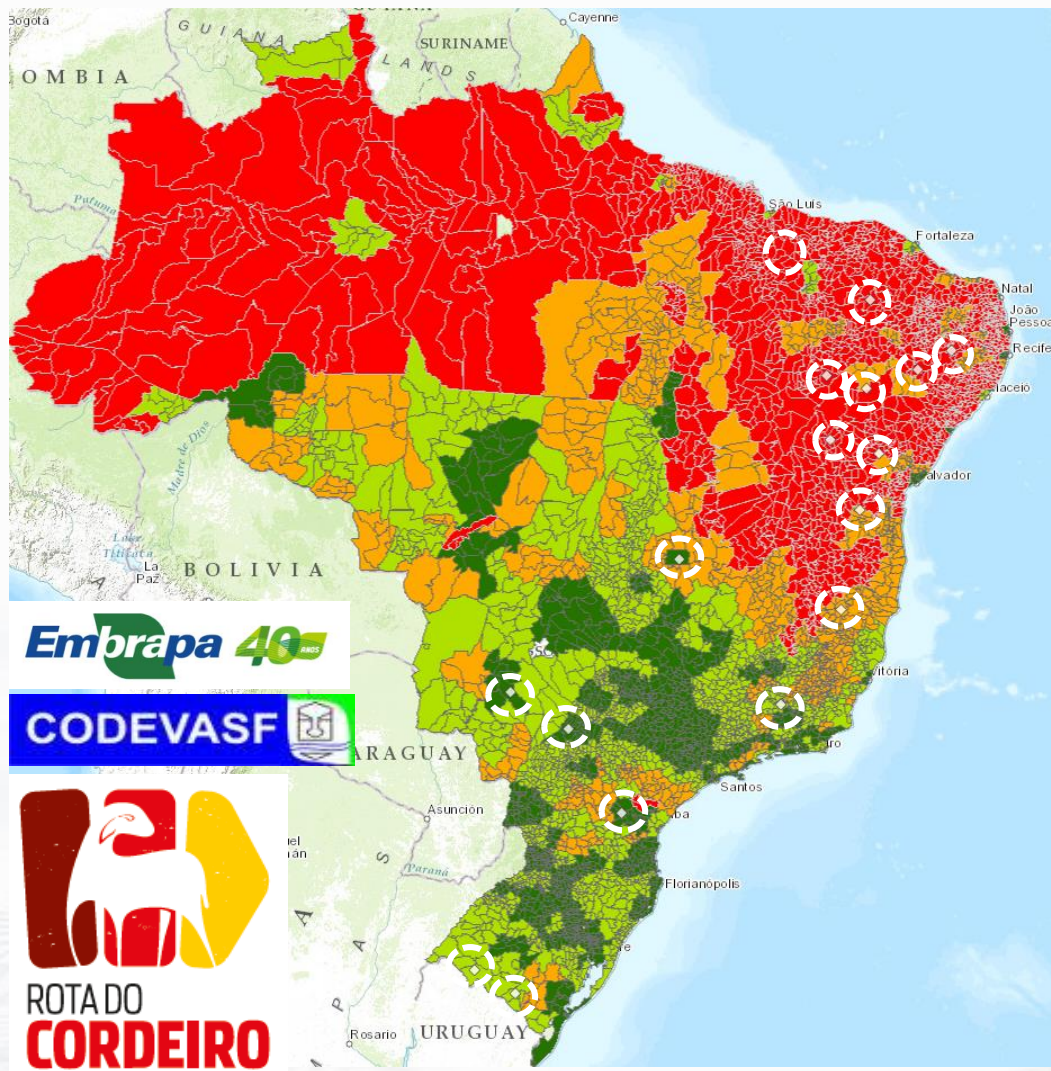


Estratégia de implementação:

Fluxo Operacional:

- Definição de setores estratégicos
- Identificação de lideranças setoriais
- Seleção de parceiro técnico e diagnóstico da cadeia produtiva
- Definição dos Polos de Integração (APLs adensados)
- Formação de Grupos Gestores e Câmaras Setoriais
- Definição das Carteiras de Projetos
- Identificação de parcerias
- Estruturação da Cadeia Produtiva

Rota do Cordeiro



Situação atual da Rota

Realização de oficinas em 13 polos:

- Construção das Carteiras de Projetos
- Identificação dos comitês gestores
- Formulação Plano Nacional de estruturação da cadeia produtiva da ovinocaprinocultura

Parcerias:

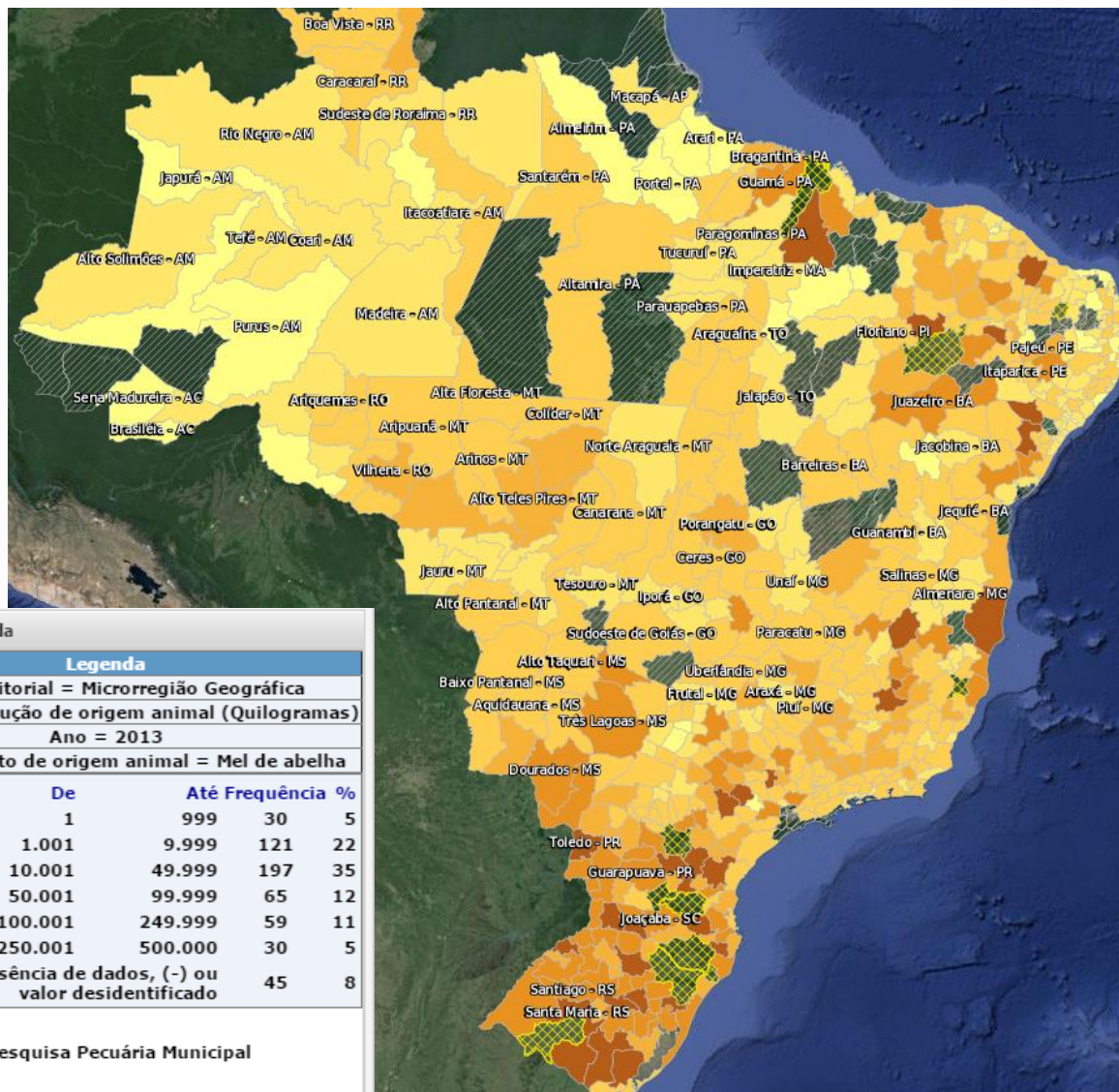
- Embrapa – Caprinos e Ovinos
- Arco (Associação Nacional de Criadores e Ovinos)
- Ministério da Agricultura – Câmara Setorial de Caprinos e Ovinos

Rota do Cordeiro

Estado	Tecnologias	Ações
Alagoas	Organização Social	Cadastrar Produtores
		Fortalecer o Cooperativismo
Bahia	Alimentação do rebanho	Lavouras de Alimentos
Ceará		Manejo Vegetação Nativa
Maranhão		Forageiras / Ensiladeiras
Minas Gerais		Sistemas de Irrigação
Paraíba	Melhoramento Genético	Seleção de reprodutores e matrizes de alto rendimento
Pernambuco	Assistência Técnica	Formação de multiplicadores
Piauí		Prestação de serviço continuado
Rio Grande do Norte	Engorda acelerada de cordeiros	Centrais de Terminação
Rio Grande do Sul	Abate certificado	Qualificação de abatedouros
	Infraestrutura	Estradas vicinais

- O Nordeste precisa de atenção especial para alimentação dos rebanhos e sustentabilidade hídrica em função das secas periódicas e do bioma caatinga, de baixa reserva de biomassa.
- APLs identificados em áreas de alta renda podem ser alvo de ações de promoção comercial e articulação com polos menos desenvolvidos

Rota do Mel



Situação atual da Rota

Realização de oficinas macrorregionais:

- Identificação das tecnologias utilizadas: subsidio para plataforma de ação a ser desenvolvida pela Embrapa
- Sinalização dos Polos (APLs)

Parcerias:

- Embrapa – Meio Norte
- CBA(Confederação Brasileira de Apicultura)
- Ministério da Agricultura – Câmara Setorial de Apicultura

Rota do Mel

Estado	Tecnologias	Ações
Alagoas	Organização Social	Cadastrar Produtores
Bahia		Fortalecer o Cooperativismo
Ceará	Kits Apícolas	Adquirir Colmeias
Espírito Santo		Adquirir Uniformes
Maranhão		Adquirir Equipamentos
Minas Gerais	Beneficiamento	Construir e adequar UBM's (unidades de beneficiamento de mel – casa de mel)
Paraíba		
Pernambuco		Construir e adequar entrepostos
Piauí	Assistência Técnica	Formação de multiplicadores
Rio Grande do Norte		Prestação de serviço continuado
Sergipe	Produção de Pólen, Própolis e Geleia Real	Adequar entrepostos
Paraná		
Santa Catarina	Infraestrutura	
Rio Grande do Sul		Estradas vicinais

Rota do Açaí

Situação atual



Cadeia produtiva do Açaí foi privilegiada na seleção de setores estratégicos para o desenvolvimento de Rota de Integração na região Norte, em oficina de trabalho realizada em Belém (PA), organizada pelo MI, MDA e MDIC em parceria com a Sudam e a ABDI, em março de 2016.

Parceria:

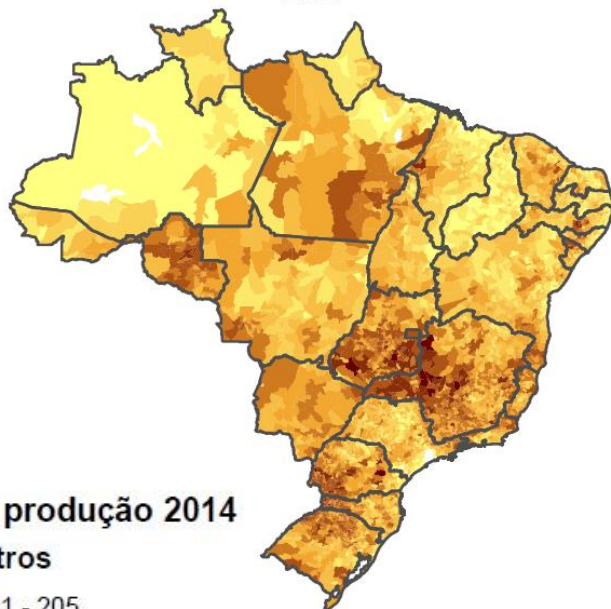
- Articulação com Embrapa para elaboração da estratégia de intervenção;
- Articulação com Banco do Brasil, no âmbito da Estratégia Nacional Desenvolvimento Regional Sustentável – DRS e outras iniciativas, para seleção de polos.

Rota do Açaí

Estado	Tecnologias	Ações
Pará Amapá Acre Amazonas Maranhão	Organização Social	Cadastro de Produtores
		Fortalecimento do cooperativismo
	Ampliação e Qualificação da Oferta	Diagnóstico de polos de produção e áreas potenciais ao plantio e manejo
		Distribuição de equipamentos para coleta, do açaí
		Assistência técnica aos produtores
		Capacitação em manejo e plantio de açaizais
	Beneficiamento do açaí	Sistema de irrigação para açaí cultivado
		Elaborar planos de negócios para agroindústrias
		Construir e equipar agroindústrias
	Infraestrutura e logística	Capacitação em boas práticas de fabricação de alimentos, gestão de unidades produtivas e comercialização
		Assistência técnica às agroindústrias
		Realizar estudo e planejamento da logística dos polos
	Inovações agrotecnológicas	Melhorar os acessos (ramais, varadouros, igarapés etc.)
		Equipamentos e veículos para transporte de produtos
		Usina produtora de energia a partir de caroços do açaí
		Usina de produção de enzimas celulolíticas

Rota do Leite

Produção de Leite (mil litros)
2014



Leite produção 2014

Mil Litros



Situação Atual

Centro-Oeste

- Realização de Oficina Macrorregional;
- Identificação e priorização dos polos de produção;
- Levantamentos sobre a governança e gargalos da cadeia produtiva, bem como possíveis complementariedades com outras cadeias.

Parceria:

- Sudeco, Embrapa, Governos Estaduais, Ematers e outros

Sul

- Realização de reunião com atores do Estado de Santa Catarina;
- Discussão sobre potenciais polos de produção;
- Proposta de criação de Grupo Temático na estrutura da Aliança Láctea Sul Brasileira, a fim de proporcionar espaço de discussão e difusão de tecnologias para os pequenos e médios produtores.

Parceria:

- Rede de Cooperação Estadual, Gov. do Estado de SC, Embrapa, Epagri, Aliança Láctea Sul Brasileira e outros

11 Polos Identificados – CO

4 Polos Potenciais em SC

Rota do Leite

Estados	Tecnologias	Ações
Distrito Federal Goiás Mato Grosso Mato Grosso do Sul Paraná Santa Catarina Rio Grande do Sul	Organização Social	Diagnóstico da cadeia produtiva e dos polos
		Cadastro de produtores
		Capacitação e treinamento
		Fortalecimento cooperativismo
	Alimentação do Rebanho	Lavouras de alimentos (Ex: Capim-elefante, milho, mandioca e sorgo)
		Capacitação em manejo de pasto
		Forageiras / Ensiladeiras/Roçadeiras
		Sistemas de irrigação
	Melhoramento Genético	Kit de inseminação artificial (Capacitação + equipamentos)
	Assistência Técnica	Formação de multiplicadores
		Serviço continuado
	Sanidade e beneficiamento do leite	Kit de ordenha manual
		Infraestrutura coletiva para o armazenamento e resfriamento do leite
Unidade de processamento de leite (Laticínios) – Estrutura física com equipamentos		
Infraestrutura	Veículos para transporte	
	Recuperação de estradas vicinais e pavimentação asfáltica	

Estágio das Rotas:

PAINEL DAS ROTAS DE INTEGRAÇÃO NACIONAL						
Passos na Estruturação das Rotas	Nome da Rota					
	Cordeiro	Mel	Açaí	Leite	Peixe	Fruta
Elaborar planos de desenvolvimento de cadeias produtivas com portfólio de tecnologias	Em andamento	Em andamento	Iniciado	Não iniciado	Não iniciado	Não iniciado
Definir polos de integração das Rotas	Concluído	Em andamento	Iniciado	Iniciado	Não iniciado	Não iniciado
Identificar Grupo Gestor dos polos	Em andamento	Não iniciado	Iniciado	Iniciado	Não iniciado	Não iniciado
Orientar a formulação de carteira de projetos para os polos	Em andamento	Não iniciado	Não iniciado	Não iniciado	Não iniciado	Não iniciado
Formalizar Acordos de Cooperação com entidades parceiras	Não iniciado	Não iniciado	Iniciado	Iniciado	Não iniciado	Não iniciado
Identificar Câmaras Setoriais Estaduais das Rotas	Em andamento	Em andamento	Iniciado	Iniciado	Não iniciado	Não iniciado
Estabelecer Comitês Estratégicos das Rotas	Concluído	Concluído	Não iniciado	Iniciado	Não iniciado	Não iniciado

➤ Faixa de fronteira

Desenvolvimento da Faixa de Fronteira – Constituição da República

Constituição 1988 – Capítulo II - DA UNIÃO

Art. 20. São bens da União:

§ 2º A faixa de até cento e cinquenta quilômetros de largura, ao longo das fronteiras terrestres, designada como faixa de fronteira, é considerada fundamental para defesa do território nacional, e sua ocupação e utilização serão reguladas em lei.

Lei nº 6.634, de 2 de maior de 1979: Dispõe sobre a Faixa de Fronteira, altera o Decreto-lei nº 1.135, de 3 de dezembro de 1970, e dá outras providências.

Lei nº 10.683, de 28 de maior de 2003

Dispõe sobre a organização da Presidência da República e dos Ministérios, e dá outras providências.

Art. 27. Os assuntos que constituem áreas de competência de cada Ministério são os seguintes:

XIII - Ministério da Integração Nacional:

m) obras públicas em faixas de fronteiras;

➤ Faixa de fronteira

Iniciativas:

Coordenação da Comissão Permanente para o Desenvolvimento e a Integração da Faixa de Fronteira - CDIF (Decreto de 8 de setembro de 2010) – composta por 20 órgãos federais e apoiada pelos **Núcleos de Fronteira**, criados pelos governos estaduais.

Definição das cidades gêmeas (Portaria nº 215, de 21 de março de 2014) – Atualmente, são 28 cidades reconhecidas e três solicitações em andamento (Cáceres-MT, Porto Mauá-RS e Santo Antônio do Sudoeste-PR) Interesse aumentou com a Lei nº 12.723, de 9 de outubro de 2012 (lei dos freeshops).

Coordenação da Comissão Mista Brasileiro-Uruguaia para o Desenvolvimento da Bacia da Lagoa Mirim - CLM - criada para ser responsável pela execução do Tratado da Lagoa Mirim de 1963 e composta por uma Seção Brasileira (SB) e uma Delegação Uruguaia.

Iniciando processo de implantação de infraestrutura complementar na faixa de fronteira – Rodovia Transcampesina (RS) e Rodovia Sul Fronteira (MS).

Muito Obrigado!

Marlon Carvalho Cambraia
marlon.cambraia@integracao.gov.br
Secretário Nacional de Desenvolvimento Regional
☎: 61-2034-5633

Secretaria de Desenvolvimento Regional
Ministério da Integração Nacional
www.integracao.gov.br/web/guest/desenvolvimento-regional